

Processo de paz moçambicano

Sessões de trabalho prosseguem em Roma

As negociações de paz para Moçambique prosseguem em Roma, caracterizadas nesta fase por sessões de trabalho das delegações do Governo e da Renamo com os mediadores e os observadores, separadamente.

Depois de concluída uma fase de sistematização do conjunto de todas as matérias ainda por discutir, inseridas nos três últimos pontos da agenda, relativas a questões militares, garantias e processo de cessar-fogo, as conversações entraram ontem na fase de sintetização das posições dos dois beligerantes, seguindo um critério de avaliação global

de todas as alíneas ainda pendentes.

Trata-se de um esquema de debates, segundo o qual deixa de haver, na prática, obrigatoriedade de procedência de temas, eliminando-se os pontos ainda pendentes à medida que se conseguem entendimentos definitivos em torno de cada um, independentemente da sua sequência na agenda.

Esta metodologia vai de encontro com a decisão tomada em Junho último, quando as partes adoptaram uma acta de alteração da ordem da agenda original das negociações, decidindo, por outro lado, que os protocolos relativos aos pontos ainda por discutir sejam assinados em conjunto, no fim de todas as discussões.

Na primeira fase das negociações, dedicada a assuntos políticos, os três protocolos já concluídos, sobre garantias políticas recíprocas, modalidades para a formação dos partidos políticos e princípios da lei eleitoral, foram rubricados em momentos diferentes, à medida que as partes alcançavam acordos finais em torno das alíneas integrantes.

Na manhã de ontem, a delegação do Governo, sempre chefiada pelo Ministro dos Transportes e Comunicações, Armando Guebuza, esteve reunida com a mediação e os observadores, na Praça de S. Egidio.

À tarde foi recebida a delegação da Renamo, por seu lado sempre encabeçada por Raul Domingos, chefe do Departamento de Organização.

Visto tratar-se ainda de uma primeira avaliação das posições das partes, nomeadamente em torno daquelas matérias relativas a garantias e ao cessar-fogo, verifica-se um expressivo esforço de contenção, quanto a comentários que ofereçam informação de substância à imprensa.

No quadro das garantias, as partes deverão determinar o calendário do processo eleitoral, a composição e competências da Comissão de

Supervisão e Controlo e ainda garantias específicas para o período de transição entre o cessar-fogo e as eleições gerais.

O ponto relativo ao cessar-fogo inclui as modalidades técnicas deste processo, libertação de prisioneiros que não tenham sido detidos por crimes de delito comum, órgãos de observação, com destaque para o papel das Nações Unidas e, finalmente, o calendário operacional da desactivação final da guerra.

DA NOTÍCIAS DEL 14. 8. 1992